

Petição On-line

Petição:	Coletiva
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	Maria do Rosário Tonilhas Marques Fadista Monteiro da Gama
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Documento de identificação:	BI Nº válido até:
Identificação de outros peticionários:	António Alves Adelino da Silva Laranjeira Armando de Jesus Monteiro Alberto Lopes Santos Silva Germano de Sousa Martinho Carlos Pires Micaêlo Fernando Pereira da Silva Carlos Alberto Ferreira Dias Carlos Alberto Rodrigues Cerqueira Fernando Martins António Armando de Almeida Duarte António Luis de Almeida dos Santos Ferrão
Objeto sucinto da sua Petição:	Defesa dos Direitos dos Aposentados, Pensionistas e Reformados
Texto da sua Petição:	Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia da República A proposta de Orçamento do Estado para 2013 atinge a vida financeira das famílias portuguesas de uma forma avassaladora pela brutal carga fiscal proposta. Esta proposta afecta os Aposentados, Pensionistas e Reformados de uma forma grave e abusiva, já considerada por reputados especialistas fiscais como absolutamente inconstitucional ao propor que um reformado passe a pagar mais impostos que um activo com o mesmo valor de salário. Ao aplicar a "sobretaxa de solidariedade" sobre as reformas, o Governo põe em causa um direito adquirido através dos descontos efectuados ao longo da vida activa retributiva. Na realidade, os aposentados, pensionistas e reformados, num acto de confiança, celebraram com o Estado um contrato contributivo em que uma das partes se comprometeu a esse desconto e a outra parte (o Estado), na sua qualidade de mero gestor de um património de que não é proprietário, se obrigou a devolvê-lo sob a forma de pensão. As propostas deste Orçamento significam que o Estado rompeu o seu compromisso, desrespeitando o seu papel de bom pagador. As pensões a partir de 1350 Euros, além do agravamento do IRS e da sobretaxa de 4%, sofrerão, ainda, uma "taxa de solidariedade" entre 3,5% e 10%. Pelo exposto, os signatários apelam à vossa responsabilidade política e institucional perante o país e perante todos os cidadãos, para que seja verificada a constitucionalidade das medidas propostas no Orçamento de Estado para 2013, através da submissão destas propostas à fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional.
Caso não seja possível contactar o 1º Peticionário, indique outro contacto:	
Nome:	Fernando Maria Rodrigues Martins
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	